CADERNO DE LEITURAS N.123

GIORGIO AGAMBEN

SEMINÁRIO SOBRE BILINGUISMO E POESIA

TRADUÇÃO

VINÍCIUS NICASTRO HONESKO

CADERNO DE LEITURAS N.123

GIORGIO AGAMBEN

SEMINÁRIO SOBRE BILINGUISMO E POESIA

TRADUÇÃO
VINÍCIUS NICASTRO HONESKO

NOTA DA EDITORA — O texto em italiano "Seminario su bilinguismo e poesia" foi publicado no *Giardino di Studi Filosofici*, em 2019, pela editora Quodlibet e está disponível gratuitamente em: www.quodlibet.it/toc/540. Agradecemos ao tradutor por ter proposto esta publicação e ao autor por tê-la autorizado.

A hipótese que orienta nosso seminário é a de que exista um bilinguismo imanente à poesia, de que a poesia constitutivamente implique uma diglossia. E ainda, de modo mais geral, de que exista um bilinguismo dentro de cada língua, o qual define sua vida e seu incessante morrer.

Não se trata de uma hipótese original, uma vez que foi formulada nas origens da poesia italiana por Dante, no *De vulgari eloquentia*. Aí (I, I, 2), ele distingue imediatamente duas línguas: a primeira, a qual denomina "vulgar", que "as crianças aprendem de quem está à sua volta assim que começam a distinguir as vozes (*vulgarem locutionem appellamus eam qua infantes assuefiunt ab assistentibus cum primitus distinguere voces incipiunt*)",[1] ou ainda "que sem nenhuma regra recebemos imitando nossa ama (*quam sine omni regula nutricem imitantes accipimus*)"; a segunda, "para nós secundária, que os romanos chamavam gramática, que também os Gregos tinham, mas nem todos os povos têm (*hanc quidem secundariam Greci habent et alii, sed non omnes*)", "na qual somos regulados e instruídos apenas por meio de um espaço de tempo e assiduidade de estudo (*non nisi per spatium temporis et studii assiduitatem regulamur et doctrinamur in illa*)" (ibid.), e que foi inventada "para compensar a inconstância da primeira segundo o arbítrio dos indivíduos (*propter variationem sermonis arbítrio singularium fluitantis*)" e para assegurar à língua "certa inalterável identidade na diversidade dos tempos e dos lugares (*quedam inalterabilis locutionis ydemptitas diversis temporibus atque locis*)" (I, IX, 11).

"Dessas duas línguas", acrescenta Dante, "a vulgar é mais nobre, seja porque foi usada primeiro pelo gênero humano, seja porque todo mundo dela se serve, ainda que seja dividida em diferentes pronúncias e vocábulos; e, além disso, porque é para nós natural, enquanto a outra é, pelo contrário, artificial" (I, I, 5). No mesmo sentido, havia

[1] Ao longo do texto, nas citações que faz de Dante, Agamben por vezes (1) traduz e mantém o original, como nesse caso, por vezes (2) traduz e não traz o original e, em outros trechos, (3) apenas cita o original latino. Nos dois primeiros casos, opto por traduzir a versão de Agamben e não trazer a tradução para o português já publicada; no terceiro, deixo o original latino no corpo do texto e apresento a tradução já existente para o português em nota de rodapé. [Nota do tradutor]

declarado no *Convivio* (I, XII, 4) que o vulgar "uno e único encontra-se primeiro na mente mais do que qualquer outro" e é, por isso, "extremamente próximo de cada um" (ibid.).

A esse bilinguismo, que define sua própria condição, Dante acrescentará, como veremos, outro, entre o "vulgar municipal" e o "vulgar ilustre".

Uma primeira observação sobre a "língua secundária": como resulta da definição que dela faz Dante, a gramática, que, em sua experiência linguística, era exemplificada pelo latim, não coincide necessariamente com este, mas é, em cada língua falada — que muda de forma incessante e "jamais pode estar parada (*nec stare ullo modo potest*)" (I, IX, 10) —, a tentativa de fixar essa língua por meio de regras e escrituras, para que permaneça compreensível de geração em geração. "Vemos", escreve Dante no *Convivio* (I, V, 9), "nas cidades da Itália, se prestarmos atenção, desde há cinquenta anos até agora, que muitos vocábulos morreram, nasceram e variaram [...] digo que se aqueles que partiram desta vida há milhares de anos voltassem às suas cidades, pensariam que estas estariam ocupadas por gente estranha, por conta de sua língua discordante". O conceito de "morte da língua", que aparecerá apenas com os humanistas, ainda não existia, mas Dante tem uma aguda consciência do contínuo nascer e morrer das línguas, a ponto de, ainda na *Comédia*, colocar nos lábios de Adão um juízo peremptório sobre a mutação e caducidade das línguas: "A língua que eu falei já estava de todo apagada / [...] ao modo dos mortais é como folhas/ao vento: se uma cai outra logo vem." (*Par.* XXVI, 124-137).[2]

Nisso, suas intuições sobre o bilinguismo antecipam as conclusões dos linguistas modernos, os quais sabem que toda língua, em seu desenvolvimento histórico, morre continuamente dando vida em seu interior a outra língua: assim, no seio do latim, o *sermo rusticus*

[2] "Já estava, a língua que eu falei, apagada / ao modo dos mortais que é folha entregue/ao vento: se um cai já outra cresce." Dante. *A divina comédia. Paraíso*. Ed. bilíngue. Trad. de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 2017, pp. 185-186. [N. t.]

convive com o *urbanus* e, pouco a pouco, enquanto este morre (apesar dos esforços dos doutos para fixá-lo em uma gramática), aquele progressivamente se emancipa e acaba por substituí-lo, dando vida, por sua vez, aos vulgares neolatinos. Mas, além desse bilinguismo diacrônico, que leva uma língua a se transformar progressivamente e a morrer em outra que dela nasce, há um bilinguismo por assim dizer interno e sincrônico, que coincide com a própria forma em que uma língua vive: a cada instante, a cada ato de palavra, ela nasce e continuamente morre, a morte de uma língua é a vida de outra. Nascimento da palavra e morte da língua estão ligados de forma íntima.

É a natureza e o significado poético desse bilinguismo interno à língua que abordaremos em nosso seminário. Seguiremos a argumentação com a qual Dante, no *De vulgari eloquentia*, a partir da oposição vulgar/gramática, procura definir o que chama de "vulgar ilustre".

Antes de tudo, é bom lembrar que Dante, em toda a sua obra — sem exceções — e não apenas no *De monarchia*, é um pensador político. Nem a *Comédia* nem o *De vulgari* podem ser compreendidos caso não se considere que estão a brotar da consciência de um impasse político, no qual a possibilidade ou a impossibilidade da poesia e do vulgar ilustre está em tensão com a impossibilidade ou a possibilidade de uma ação política. (Nisso, a situação de Dante apresenta algumas analogias com a de Platão, que, na *Sétima carta*, liga sua dedicação à filosofia à consciência da impossibilidade de qualquer ação política na Atenas de seu tempo.) Os seus primeiros leitores já estavam conscientes do significado inclusive político de uma obra como o *De vulgari*, como atesta um singular fato codicológico, oportunamente indicado por Corrado Bologna. No mais antigo códice que chegou até nós (o berlinense *B*), o tratado não apenas está ao lado do *De monarchia*, que o precede, mas o *incipit* e o *explicit* sugerem que as duas obras haviam sido transcritas e lidas como um único texto, intitulado *Rectorica Dantis*.

Toda a terminologia por meio da qual Dante caracteriza o vulgar ilustre é, com efeito, requintadamente política. Isso é evidente na caracterização do siciliano, que deve seu primado à nobreza e à retidão de Federico II e de seu filho Manfredi ("por essa razão, os nobres de coração e aqueles que eram dotados de graça desejaram pertencer à majestade de tão grandiosos princípios, de modo que tudo o que, naquele tempo, as almas excelsas produziam estava sob a regência desses soberanos. E uma vez que a Sicília era um trono real, aconteceu que tudo o que nossos predecessores compuseram em vulgar fosse chamado de siciliano") (*DVE*, I, XII, 4). E políticos são principalmente os adjetivos por meio dos quais é definida a *decentiorem et ilustrem loquelam* [3] (*DVE*, I, XI, 1), a pantera perfumada, *in qualibet redolet civitate nec cubat in ulla*,[4] que Dante se pôs a caçar:

1. ILUSTRE — *hoc modo viros appellamus illustres, vel quia potestate illuminati alios et iustitia et caritate illuminant, vel quia excellenter magistrati excellenter magistrant, ut Seneca et Numa Pompilius. Et vulgare de quo loquimur et sublimatum est magistratu et potestate et suos honore sublimat et gloria.* [...] *Quod autem exaltatum sit potestate, videtur. Et quid maioris potestatis est quam quod humana corda versare potest ita ut nolentem volentem et volentem nolentem faciat* [...]? (*DVE*, I, XVII, 2-4).[5]

Como justamente nota Corrado Bologna: "O conceito-chave de *illustris* fornece a esse humanismo político dantesco um enraizamento metafísico e ético. Os *illustres heroes* são, para Dante, o modelo antro-

[3] "respeitável e ilustre". Optamos por trazer a tradução para o português das muitas citações que Agamben faz diretamente do latim e que não traduz no corpo do texto para o italiano. Cf. neste caso, Dante. *De vulgari eloquentia. Sobre a eloquência em vernáculo*. Edição bilíngue. Trad. de Tiago Tresoldi. Porto Alegre: Tiago Tresoldi Editore, 2011, p. 14. [N. t.]

[4] "cujo perfume é sentido em cada cidade sem ter sede em nenhuma." (Idem. p. 22) [N. t.]

[5] Ilustre — "Com este adjetivo entendemos algo que ilumina e que, quando iluminado, resplandece sobre tudo. É neste sentido que qualificamos certos homens como 'ilustres', ou porque recebendo a luz do poder iluminam os demais com justiça e caridade, ou porque são depositários de uma doutrina excelsa e concedem igual magistério, como Sêneca e Numa Pompílio. Ora, o vernáculo do qual tratamos é sublimado pela doutrina e pelo poder, elevando seus cultores com honra e glória. [...] e além disto haja um poder que o eleve, vê-se claramente. Afinal, qual poder seria maior do que a possibilidade de mudar os corações humanos, fazendo querer a quem não quer e desquerer a quem quer, como fez e faz este vernáculo?" (Idem. p. 23) [N. t.]

pológico e simbólico do vulgar ilustre mencionado nos capítulos XVII e XVIII do mesmo livro I. O próprio vulgar ilustre é um 'herói' que, *sublimatus magistratu et postestate, et suos honore sublimat et gloria*: 'alçado pela autoridade e pelo poder, eleva os seus com a honra e a glória' (*DVE*, I, 17, 4). Parece-me de extraordinária força alegórica a imagem, inventada por Dante, de uma *língua de luz elevada ao estatuto de herói cultural de uma nova civilização*" ("Potere della lingua — Lingua del potere: *De vulgari eloquentia, Monarchia* e la Napoli angioina", em *Significar per verba. Laboratorio dantesco*, organizado por D. De Martino, Longo Editore, Ravenna, 2018). O vulgar ilustre tem imediatamente um desdobramento político.

2. ÁULICO — *Quia vero aulicum nominamus illud causa est quod, si aulam nos Ytali haberemus, palatinum foret. Nam si aula totius regni communis est domus et omnium regni partium gubernatrix augusta* [...] *Et hinc est quod in regiis omnibus conversantes, semper illustri vulgari locuntur; hinc etiam est quod nostrum illustre velut acola peregrinatur et in humilibus ospitatur asilis, cum aula vacamus* (*DVE*, I, XVIII). [6]

Aqui aparece a ideia, que também será retomada na sequência, de que o vulgar — assim como a situação política que o rodeia — é definido por uma falta: a ausência de um palácio, de uma corte, faz com que o vulgar ilustre assemelhe-se a um estrangeiro (*acola*) ou a um peregrino na pátria. Em todo caso, a analogia política/língua é solidamente mantida.

[6] Áulico — "Quanto ao adjetivo de 'cortês' que lhe atribuímos, a razão está em que, se nós italianos tivéssemos uma corte única, seria este a língua do palácio. Afinal, se a corte representa a casa comum de todo o reino, sendo a augusta governante de todas suas partes. [...] Disto deriva exprimirem-se sempre em vernáculo ilustre todos aqueles que frequentam as cortes; como ulterior consequência, nosso vernáculo ilustre peregrina feito um estrangeiro, encontrando hospitalidade nos mais humildes recantos por sermos desprovidos de uma corte única." (Idem. p. 25) [N. t.]

3. CURIAL — *Est etiam merito curiale dicendum, quia curialitas nil aliud est quam librata regula eorum que peragenda sunt* [...] *Unde cum istud in excellentissima Ytalorum curia sit libratum, dici curiale meretur.* [7]

A analogia política/língua é desenvolvida ulteriormente, ligando a língua, por meio da imagem da balança, ao exercício da justiça ("bem ponderada regra das coisas por se fazer").

Toda a passagem em questão deve ser lida, como sugere Bologna, juntamente àquela do *De monarchia* I, 5, 3-10, na qual retorna a mesma terminologia de um princípio unitário que governa e dirige: *Asserit enim ibi venerabilis eius auctoritas quod, quando aliqua plura ordinantur ad unum, oportet unum eorum regulare seu regere, alia vero regulari seu regi; quod quidem non solum gloriosum nomen autoris facit esse credendum, sed ratio inductiva.* [...] *Si enim consideremus unum hominem, hoc in eo contingere videbimus, quia, cum omnes vires eius ordinentur ad felicitatem, vis ipsa intellectualis est regulatrix et rectrix omnium aliarum: aliter ad felicitatem pervenire non potest.* [...] *Si consideremus unam domum, cuius finis est domesticos ad bene vivere preparare, unum oportet esse qui regulet et regat, quem dicunt patremfamilias, vel eius locum tenentem, iuxta dicentem Phylosophum: «Omnis domus regitur a senissimo»; et huius, ut ait Homerus, est regulare omnes et leges imponere aliis. Propter quod proverbialiter dicitur illa maledictio: «Parem habeas in domo».*

Si consideremus vicum unum, cuius finis est commoda tam personarum quam rerum auxiliatio, unum oportet esse aliorum regulatorem, vel datum ab alio vel ex ipsis preheminentem consentientibus aliis; aliter ad illam mutuam sufficientiam non solum non pertingitur, sed aliquando, pluribus preheminere volentibus, vicinia tota destruitur.

Si vero unam civitatem, cuius finis est bene sufficienterque vivere, unum oportet esse regimen, et hoc non solum in recta politia, sed etiam in obliqua; quod si aliter fiat, non solum finis vite civilis amictitur, sed etiam civitas desinit esse quod erat.

[7] Curial — "Também é justo que este vernáculo seja chamado de 'curial', pois a curialidade nada mais é que uma norma bem medida nas ações a se cumprir [...] Assim, este vernáculo, que recebe sua medida na mais excelentíssima cúria dos italianos, merece ser amado de 'curial'." (Idem. p. 25) [N. t.]

Si denique unum regnum particulare, cuius finis est is qui civitatis cum maiori fiducia sue tranquillitatis, oportet esse regem unum qui regat atque gubernet; aliter non modo existentes in regno finem non assecuntur, sed etiam regnum in interitum labitur, iuxta illud infallibilis Veritatis: « Omne regnum in se divisum desolabitur ».

Si ergo sic se habet in hiis et in singulis que ad unum aliquod ordinantur, verum est quod assummitur supra; nunc constat quod totum humanum genus ordinatur ad unum, ut iam preostensum fuit: ergo unum oportet esse regulans sive regens, et hoc « Monarcha » sive « Imperator » dici debet.

Et sic patet quod ad bene esse mundi necesse est Monarchiam esse sive Imperium.[8]

[8] "Afirma, pois, a sua venerável autoridade que, quando muitas coisas convergem para uma só, é necessário que uma delas governe e dirija e as outras sejam governadas e dirigidas. E para crermos nisto, vale-nos, não somente o glorioso nome do autor, mas ainda a razão indutiva. [...] Se no entanto considerarmos um homem, nele veremos que isso se dá: porque sendo todas as suas forças dirigidas para a felicidade, a mesma força intelectual é reguladora e orientadora de todas as outras, do contrário ele não pode chegar à felicidade. [...] Se considerarmos uma casa, cujo fim é preparar os seus moradores para bem viver, é necessário que haja um que governe e dirija, que se chama: dono da casa, ou quem lhe faz as vezes, segundo diz o Filósofo: 'Toda casa é governada por alguém de muita idade.' É dever dele, como dizia Homero, dirigir a todos e dar leis aos outros. Pelo que, à moda de provérbio, se diz aquela maldição: 'Que tenhas um par em tua casa!'
Se considerarmos uma aldeia, cujo fim é um cômodo ajutório, tanto das pessoas como das coisas, é necessário que um seja dirigente dos outros, dado por outrem, ou que dentre eles se sobressaia, estando os demais de acordo; do contrário, não somente não se atinge aquela mútua suficiência, mas até mesmo, por vezes, quando muitos querem se distinguir, toda a vizinhança perece.
Se considerarmos uma cidade, cujo fim é viver bem e suficientemente, é mister que haja um só governo; e isto não somente na reta política, mas também na oblíqua. Se de outro modo se fizer, não somente perde-se o fim da vida civil, mas também a cidade deixa de ser o que era.
Se, finalmente, um reino particular, cujo fim é o mesmo da cidade, com maior confiança na sua tranquilidade, é de mister que haja um Rei que governe e reine; do contrário, não somente os que se acham no reino não conseguem o próprio fim, mas também o reino cai em ruínas, de acordo com aquele infalível dito da verdade: 'Todo reino dividido em si mesmo perece.'
Se portanto assim acontece neste e em cada uma das outras, que se destinam a um objetivo qualquer, é verdade o que acima se disse. Assim fica claro que todo o gênero humano se dirige a um fim, como já foi demonstrado; logo é de mister que um seja o que governa, ou governante; e a este se deve chamar Monarca ou Imperador. E assim é evidente que para o bem estar do mundo é necessária a Monarquia ou Império." Dante. "Da monarquia". In: Dante. *Obras completas*. Trad. de Padre Vicente Pedroso. São Paulo: Editora das Américas, 1958, 10 v. [N. t.]

São decisivas as considerações que Dante acrescenta logo após ter definido a *curialitas*: "dizer 'excelentíssima cúria' parece uma brincadeira, a partir do momento que carecemos de uma cúria (*cum curia careamus*). Mas se é verdade que uma cúria, como a do rei dos germanos, não existe na Itália, *membra tamen eius non desunt*.[9] E como os membros daquela se unem em um único príncipe, assim os membros desta *gratioso lumine rationis unita sunt*.[10] Por isso, seria falso dizer que os italianos carecem de cúria porque não têm um príncipe: temos uma cúria, mesmo se ela encontra-se corporalmente dispersa (*curiam habemus, licet corporaliter sit dispersa*)" (I, XVIII).

Dante elabora, aí, uma doutrina que vale tanto para a cúria politica como para a linguística.

Podem subsistir os membros, as partes de uma comunidade política e linguística, mesmo que falte um soberano — a língua — que os reúne em um único corpo. Nesse sentido, aqui a cúria *corporaliter dispersa* é oposta ao corpo soberano do Leviatã, que em Hobbes é constituído pela união dos corpos dos súditos. Pode-se ter — por certo na língua, mas verossimilmente também na política — uma cúria sem um soberano. Nesse Antileviatã, o princípio unificante — é preciso lembrar: mesmo na leitura do *De monarchia* — pode estar idealmente presente também na falta da sua encarnação institucional, agindo, de alguma forma, por meio de seus membros dispersos (*licet corpolariter sit dispersa*). O vulgar é áulico na ausência de um palácio e curial na falta de uma cúria. Aí, a metáfora da pantera perfumada, que está em todas as cidades e não pertence a nenhuma, adquire todo o seu sentido. O vulgar ilustre, mesmo não encarnado em uma cúria particular, é a medida de todos os vulgares, sem coincidir com nenhum destes (*quod omnis latie civitatis est et nullius esse videtur, et quo municipalia vulgaria omnia Latinorum mensurantur et ponderantur et comparantur*)[11]

[9] "não faltam os membros que a substituam." (Dante. *De vulgari*..., p. 25) [N. t.]

[10] "são unidos pela luz graciosa da razão." (Idem. p. 25) [N. t.]

[11] "que pertence a todas as cidades italianas, sem mostrar-se característico de alguma destas, e com base no qual todos os vernáculos municipais são medidos, pesados e comparados." (Idem. p. 23) [N. t.]

(*DVE*, I, XVI). O vulgar ilustre tem a função (eminentemente política) de "mensurar, pesar e comparar" os vulgares municipais.

É necessário deter-se nas teses fundamentais da originalíssima doutrina político-linguística que Dante desenvolve no *De vulgari*. O vulgar ilustre — enquanto corresponde à ausência de uma única corte na Itália — não é, de modo contrário às interpretações correntes, outra língua, um vulgar existente como tal junto dos outros, mas melhor do que eles. É uma língua *corporaliter* dispersa nos vários vulgares e unificada não na forma de uma língua soberana gramaticalmente identificável, mas *gratioso lumine rationis*, isto é, como exigência *poética e política* de um livre critério racional que "mensura, pondera e compara" todos os vulgares existentes (*gratiosus*, em Dante, significa "livre", cf. *Mon.* I, XIII: *illud est liberum quod suimet et non alterius gratia est*)[12] ("gracioso" tem aqui o significado teológico de uma coincidência entre a graça e a livre natureza humana, que Dante, contra a teologia escolástica, define na *Comédia*. O "animal gracioso e benigno" sublinha que o homem — de forma contrária à opinião dos teólogos — é dotado de uma graça suficiente à sua felicidade terrena e à sua salvação).

Também em I, XVI, onde Dante diz que procurará a pantera *rationabilius*, de modo mais racional, o vulgar é sem dúvida algo real (nas palavras de Mengaldo: "algo que é, metafisicamente"), mas não um "dado", como então afirma de forma errônea o próprio Mengaldo ("é um dado, não o resultado de um processo"). Se fosse um dado, não deveria ser tão arduamente procurado. Ele é, antes, algo que *jamais é dado*, mas deve ser a cada vez *encontrado* em um movimento de divergência em relação aos vulgares municipais. É real como uma exigência que anima e move os vulgares municipais, e não como outro vulgar identificável em uma cidade.

[12] "livre é aquele que o é por graça própria e não de outrem." (A tradução aqui é de Guilherme Gontijo Flores, a quem agradeço pela leitura da tradução e pelo auxílio na conferência das citações latinas.) [N. t.]

Será necessário, então, deter-se sobre o termo com o qual Dante caracteriza várias vezes a especificidade do vulgar ilustre: "divergir (*divertere*)". Mesmo quando parece coincidir com os vulgares municipais, como acontece com o siciliano ou com o bolonhês, ele na realidade implica sempre uma "divergência" do próprio vulgar: *a proprio divertisse*, dito dos sicilianos e dos apulienses (I, XII, 9); *a proprio divertissent*, dos bolonheses (I, XV, 6).

Essa "divergência do próprio" parece ser o traço característico do vulgar ilustre: *divertere a materno et ad curialem vulgarem intendere* [13] (dizeres de Aldobrandino Padovano em I, XIV, 7), trata-se, portanto, de um "divergir de" que é também uma "tensão para"; ou também nas palavras de Guinizelli em relação ao vulgar bolonhês: *a mediastinis Bononiae sunt diversa* [14] (I, XV, 6); nas de Guittone: *nunquam se ad curiale direxit* [15] (I, XIII, 1); dos romanholos: *horum aliquos a proprio poetando divertisse audivimus* [16] (I, XIV, 3); de Sordello: *non solum in poetando* [...] *patrium vulgare deseruit* [17] (I, XV, 3).

Notar o significado forte de "*diversitade*" em *Convivio* II, VII: "a qualidade dessas diversidades segundo sua raiz", "*diversidade* que me perturbava" (II, VIII) — ou "divisão que está em minha alma", "frequentes pensamentos que lutam na alma". A *diversidade* significa aqui luta interior. A divergência, como a *diversitade*, é mais da ordem de uma divisão interior do que de uma diferença substancial (*cf. Convivio* III, II, 4: "Cada forma substancial procede de sua primeira causa, que é Deus [...] e não recebe *diversitade* por aquela, que é simplicíssima, mas pelas razões secundárias e pela matéria em que desce"). *Vita Nova*, XIII, 10: "na primeira [parte] digo [...] que todos os meus pensamentos são de Amor; na segunda, digo que se contradizem, e narro sua *diversitade*", e o significado não é o de "variedade", como sugere a Enciclopédia

[13] "tenha se esforçado em destacar-se do vernáculo materno, inclinando-se ao curial." (Dante. *De vulgari*..., pp. 19; 21) [N. t.]

[14] "ao vernáculo bolonhês caiba o primado em absoluto, então divergimos firmemente." (Idem. p. 21) [N. t.]

[15] "que nunca se valeu do vernáculo curial." (Idem. p. 19) [N. t.]

[16] "sabemos de alguns que se destacaram do próprio vernáculo em seus poemas." (Idem. p. 19) [N. t.]

[17] "abandonou o vernáculo pátrio não apenas ao compor poemas." (Idem. p.#19) [N. t.]

dantesca, mas, como se nota no soneto comentado pela citação, trata-se de uma divergência que opõe os pensamentos entre si quase como em uma batalha, como aliás é dito logo na sequência: "Sigo a batalha dos diversos pensamentos" (XIV, 1).

Divertere, portanto, tem em Dante um significado forte: é uma oposição determinada e consciente, que pode chegar a um conflito. Foi corretamente notada (Mengaldo) a oposição termo por termo entre vulgar ilustre e vulgares municipais, em I, XVII, 3: *de tot rudibus Latinorum vocabulis, de tot perplexis constructionibus, de tot defectivis prolationibus, de tot rusticanis accentibus / tam egregium, tam extricatum, tam perfectum et tam urbanum videamus electum.* [18] A divergência chega até a oposição.

A língua é percorrida e animada por uma tensão, que a faz "divergir" do seu próprio em uma direção que Dante define com os adjetivos "ilustre", "cardeal", "áulico" e "curial". Essa tensão é poética e, ao mesmo tempo, política. A divergência opera por meio de uma atividade de eliminação e purificação: os vulgares são comparados a uma selva (*perplexos frutices atque sentes extirpamus de silva,* [19] I, XI, 1; *ytalia silva,* [20] I, XVIII, 1) e o vulgar tem um jardineiro (*agricola*) que *cotidie extirpat sentosos frutices* e *plantas inserit vel plantaria plantat* [21] (o que confirma que o vulgar ilustre não é um dado, mas uma atividade). Isso não significa que o vulgar ilustre seja apenas uma purificação dos vulgares municipais: a divergência do próprio flui, em última análise, para um abandono (Sordello poetando *patrium vulgare deseruit*) que não atinge, todavia, lugar nomeável.

O campo da língua é, assim, o lugar de uma divergência, de um conflito político, no qual os vulgares são trabalhados e progressivamente deixados à mercê de outra coisa que não tem uma consistência

[18] "com efeito, a partir de tantos rudes vocábulos dos italianos, de tantas construções intrincadas, de tantas formas errôneas, de tantas pronúncias rurais, emerge um vernáculo tão excelente, tão límpido, tão perfeito e tão urbano." (Idem. p. 23) [N. t.]

[19] "de início eliminaremos da selva os arbustos intrincados e os espinhos." (Idem. p. 14)

[20] "selva itálica." (Idem. p. 25) [N. t.]

[21] "extirpa a cada dia arbustos espinhosos e enxerta brotos e transplanta pequenas plantas." (Idem. pp. 23; 25) [N. t.]

própria — nesse sentido, é sempre um campo impróprio e estrangeiro (*nostrum illustre velut acola peregrinatur*, [22] I, XVIII, 3).

Se o vulgar ilustre não pode ser concebido, segundo o modelo elaborado por Trissino, "como média e equilíbrio do uso mais elevado de várias regiões e centros da cultura" (Mengaldo), ainda assim, nota-se que os *simplicissima* signa que o definem, sem pertencer a cidade alguma, são comuns a todas (*nullis civitatis Ytalie propria sunt et in omnibus communia sunt*, [23] I, XVI, 4). A comunidade que aqui está em questão não repousa, no entanto, em uma substância comum, mas na comum divergência do próprio na direção de uma "cúria" — isto é, de uma língua — ausente.

O vulgar ilustre é aquilo em direção ao qual todos os vulgares divergem, permanecendo em si imperfeito (ao menos enquanto não existir na Itália uma cúria e uma corte). Como em Mallarmé, "*les langues imparfaites en cela que plusieurs, manque la suprême.*" [24]

Agora será possível, se não necessário, ligar a ideia do vulgar ilustre à *certa forma locutionis a Deo cum anima prima concreata* [25] evocada em I, VI, 4, "que seria usada por toda língua dos falantes, se por culpa da presunção humana não tivesse sido dispersa" (I, IX): *Omnis nostra loquela — praeter illam homini primi concreata a Deo — sit a nostro beneplacito reparata post confusionem illam quae nihil aliud fuit quam prioris oblivio.* [26]

Se o vulgar ilustre certamente não é uma recuperação da *forma locutionis* adâmica, todavia ele de algum modo corresponde a ela, que não é apenas o hebraico, mas, como sugeriu Maria Corti, uma espécie de matriz linguística universal da qual todas as outras línguas derivariam.

[22] "nosso vernáculo ilustre peregrina feito um estrangeiro." (Idem. p. 25) [N. t.]

[23] "sem pertencer a alguma cidade da Itália em particular, são comuns a todas." (Idem. p. 23) [N. t.]

[24] "As línguas imperfeitas posto que várias, falta a suprema." (Mallarmé, Stéphane. "Crise de verso". In: ABES, Gilles Jean. "Uma tradução de 'Crise de verso' de Mallarmé. A ótica do enigma como símbolo do texto literário". *TradTerm*, v. 16, USP, 2010, p. 168.) [N. t.]

[25] "à primeira alma foi criada por Deus uma forma bem determinada de linguagem." (Dante. *De vulgari*..., p. 9) [N. t.]

[26] "todas as nossas línguas — salvo aquela criada por Deus junto ao primeiro homem — são frutos de uma reconstrução ocorrida por nosso arbítrio após aquela confusão que nada foi além do esquecimento da linguagem anterior." (Idem. p. 13). [N. t.]

(A expressão *forma locutionis*, que Dante usa apenas nessa passagem, derivaria, segundo Moshe Idel, de Abraão Abulafia, com cujo pensamento Dante poderia ter entrado em contato em Verona, e que distinguia uma linguagem em potência, natural, de uma linguagem em ato, convencional.) O vulgar ilustre não é uma língua, mas, como a de Adão, *certa forma locutionis* ou, de modo mais preciso, a realização de uma tensão e uma divergência dos vulgares em direção àquela *forma locutionis*.

Para Dante havia uma correspondência entre o vulgar ilustre e a *forma locutionis adâmica*, o que está sugerido pelo uso pontual em I, XVII, 3 (*rudibus vocabulis, perplexis constructionibus, defectitivis prolationibus: rerum vocabula, vocabulorum constructionem, constructionum prolationem*), [27] dos elementos que a caracterizam em I, VI, 4 (*dico autem formam et quantum ad rerum vocabula et quantum ad vocabulorum constructionem et quantum ad construcionis prolationem*).[28] Isto é, o vulgar ilustre se define agindo sobre os três aspectos estruturais da língua para restitui-los à pureza da *forma locutionis* originária.

Abulafia: "A forma que compreende todas as escrituras é a forma da língua (*tzurat hadibbur*) que é natural e adere à boca e também está inscrita no coração no momento da formação. A prova disso é que, se essa forma de língua não fosse a forma do homem, ele não seria capaz de falar e a essência de sua existência não seria a linguagem. E vocês sabem que a quintessência do homem é ser um vivente e falante; a forma de vida é aperfeiçoada pelos sentidos e a forma de língua é aperfeiçoada pelo intelecto." Em outro lugar, Abulafia distingue uma linguagem em potência, que é natural e não convencional, e uma linguagem em ato, que é convencional (Moshe Idel, "The Infant Experiment: the Search for the First Language", em *The Language of Adam*, Wolfenbütteler Forschungen, Band 84, Wiesbaden, 1999, p. 66).

[27] Agamben indica a repetição dos termos latinos: "rudes vocábulos, construções intrincadas, formas errôneas: vocábulos que indicam as coisas, construções formadas com estes vocábulos, agrupamento destas construções." [N. t.]

[28] "pelo termo forma nos referimos seja aos vocábulos que indicam as coisas, seja às construções formadas com estes vocábulos, seja ao agrupamento destas construções." (Idem. p. 9) [N. t.]

Há em Dante, portanto, dois bilinguismos, ou melhor, uma dupla tensão que percorre o campo da língua:

1. Aquela entre vulgar e língua gramática, entre a *prima locutio sine omni regula*,[29] natural e mutável, e a *locutio secundaria*,[30] artificial e fixa, que foi encontrada para conferir estabilidade à língua em tempos e lugares diversos.

2. Aquela entre os vulgares municipais e o vulgar ilustre. Não se trata de duas línguas, mas de uma tensão e uma divergência que desloca os vulgares municipais para além de si mesmos em direção a uma unidade potencial que está presente em sua falta, como uma cúria que tem membros, mas cujo príncipe falta. (Ao contrário do Leviatã, cujo corpo é formado pelos dos súditos, aqui existem os membros, mas não o corpo do soberano.)

Essas duas tensões, ainda que claramente distintas, não cessam de se cruzar e de se sobrepor na prática linguística. A língua, assim como nós ainda hoje a conhecemos e praticamos, implica sempre esse duplo "bilinguismo". Hoje, na Itália, a primeira tensão parece corresponder àquela entre dialeto e língua, enquanto a segunda, àquela entre o italiano de uso corrente e a língua da poesia e do pensamento. Uma língua é viva se contém essas duas tensões.

Em todo caso, para Dante, o vulgar ilustre não pode, de modo algum, ser uma determinada língua gramatical, o italiano, como uma errônea interpretação insistentemente sugeriu.

Há, aqui, mais do que uma analogia com o intelecto possível, que define a potência própria do gênero humano, que não pode ser operada "nem por um só homem, nem por uma só casa, nem por uma só vila, nem por uma só cidade, nem por nenhum reino particular" (*Mon.* I, III, 4), mas exige uma multidão (*necesse est multitudinem esse in humano genere, per quam quidem tota potentia hec actuetur*,[31] ibid. I, III, 8).

[29] "primeira língua sem regra." [N. t.]
[30] "segunda língua." [N. t.]

A potência da língua pode ser operada apenas por uma multidão de línguas e vulgares, jamais por uma só língua. O vulgar ilustre é uma instância ou uma exigência imanente que se dá em cada vulgar municipal singular, que os leva a divergir entre si em direção a uma *forma locutionis* nunca efetivamente presente como tal.

A ideia de que o intelecto possível da tradição aristotélica e averroísta seja uma língua encontra-se expressa em Abulafia e em outros filósofos medievais. "O intelecto humano", escreve Abulafia, "é o que move todas as línguas, mesmo imóvel, tanto em sua essência quanto por acidente. O intelecto humano opera na espécie humana *in actu* por sua parte, mas *in potentia* por parte dos homens. E o intelecto modificou as línguas, depois de elas terem sido uma só língua, compreendida por todos os falantes, e também hoje elas são uma só língua, que não é, todavia, compreendida por todos os falantes" (Idel, *cit.*, p. 67).

No *De vulgari* (II, IV, 6), Dante parece limitar o uso do vulgar ilustre ao estilo trágico: *Si tragice canenda videntur, tunc adsumendum est vulgare illustre et per consequens cantionem oportet ligare. Si vero comice, tunc quandoque mediocrem, quandoque humile vulgare sumatur.*[32]

E remete para mais tarde o estudo dessa *discretio*. Se sobre essa *discretio* (para Dante tão importante ao ponto de ele lembrar que a distinção dos estilos é *opus et labor* inevitável para o poeta que se põe a cantar) é possível fundar o caráter misto — ao mesmo tempo alto, médio e humilde — do estilo da *Comédia*, permanece, todavia, certa contradição com o motivo central do tratado, que é a busca — a caça — do vulgar ilustre na selva dos vulgares municipais.

[31] "é necessário que a multidão esteja no gênero humano, pela qual na verdade toda esta potência seja atuada." (Trad. de Guilherme Gontijo Flores) [N. t.]

[32] "Assim, se os argumentos escolhidos parecem exigir um canto trágico, é necessário adotarmos o vernáculo ilustre, e por consequência a canção. Se ao invés for desejado um canto cômico, deveremos assumir ora o vernáculo mediano ora o humilde (cuja distinção será estudada no quarto livro desta obra). Se, por fim, julgarmos ser exigido o estilo elegíaco, é oportuno lançarmos mão apenas do vernáculo humilde." (Dante. *De vulgari*..., p. 31) [N. t.]

CADERNO DE LEITURAS N.123
SEMINÁRIO SOBRE BILINGUISMO E POESIA
Seminario su bilinguismo e poesia
Giorgio Agamben

*

TRADUÇÃO
Vinícius Nicastro Honesko

EDIÇÃO
Maria Carolina Fenati

REVISÃO
Bernardo RB

PROJETO GRÁFICO
Rafael Camisassa

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO
Luísa Rabello e Maria Carolina Fenati

Composto em Jenson

*

Edições Chão da Feira
Belo Horizonte, fevereiro de 2021

Esta e outras publicações da editora estão
disponíveis em www.chaodafeira.com

Este projeto foi realizado com recursos
da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte

Realização

PROJETO REALIZADO PELA SOCIEDADE CIVIL COM RECURSOS ORIUNDOS DA POLÍTICA DE FOMENTO À CULTURA MUNICIPAL

Incentivo

LMIC
LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

CULTURA

PREFEITURA BELO HORIZONTE
GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

Projeto 1094/2020